

CNBB vai reunir parlamentares em 'café constituinte' quinzenal

Da Reportagem Local e da Sucursal de Brasília

se da conjuntura social, política e econômica do país.

Comissão

A partir da próxima quinta-feira, entre rodadas de chá, biscoitos e cafezinho, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) passará a reunir parlamentares de todos os partidos em sua sede, em Brasília, para discutir com eles as teses e propostas da Igreja para a nova Constituição brasileira. Este encontro, quinzenal, já está sendo chamado de "café constituinte", expressão criada pelo pequeno grupo de assessores da CNBB que faz a ponte entre a comissão para assuntos constitucionais da entidade, presidida pelo bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin, e os parlamentares, através dos deputados federais Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (PMDB-DF).

A CNBB já convidou quarenta parlamentares para o encontro da próxima quinta-feira. Os bispos e assessores da Igreja pretendem discutir, com os parlamentares, os mecanismos mais adequados para garantir que a nova Constituição inclua os princípios e medidas defendidos pela Igreja. O encontro quinzenal servirá também para uma análise

da comissão para assuntos constitucionais da CNBB reúne-se amanhã, em Brasília, sob a coordenação de d. Cândido Padin, para definir como vai abordar questões polêmicas a serem debatidas pelos constituintes, como aborto, reforma agrária e educação. Segundo o secretário da Comissão, padre Virgílio Leite Uchôa, a preocupação da CNBB é evitar desgastes que comprometam o trabalho de acompanhamento do Congresso constituinte pela Igreja.

O padre Virgílio disse que a Igreja não quer ser acusada de intransigente em relação às suas teses, por exemplo, "em favor da vida e contra o aborto".

O padre afirmou que a Igreja não está organizando uma "estratégia de lobby", mas que sua intenção é ser uma ponte entre os constituintes e a população, denunciando as tentativas de bloqueio à participação popular no Congresso constituinte. Segundo ele, a Igreja não defende uma Constituição para si mesma ou para os cristãos, mas quer que "a nova Constituição seja capaz de atender aos interesses sociais e da dignidade humana".